

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

16 a 22 de agosto de 1992. nº 51

ANGOLA: Confrontos entre o MPLA e a UNITA nas cidades do Huambo e de Malanje.

Apesar dos inúmeros apelos da CCPM e da cúpula dos dois maiores partidos (MPLA e UNITA) pela paz, o clima de rivalidade parece aumentar conforme a aproximação das eleições. Em decorrência desta disputa é provável que venham a surgir outros pequenos focos de violência entre simpatizantes ou militantes armados das duas forças, sem no entanto a aprovação de suas respectivas lideranças. Os casos atuais de Huambo e Malanje assumem a mesma característica: a falta de tolerância de um grupo partidário face a inserção do seu oponente em seu espaço. Todavia, estes episódios demonstraram de forma clara a capacidade de controle que os líderes, tanto da UNITA quanto do MPLA possuem em relação as suas bases, ao exerce-lo imediatamente sobre os simpatizantes de seus partidos que atuavam nos confrontos.

Toda esta autoridade reside na certeza que os militantes destes partidos possuem em relação a uma vitória de seus líderes nas eleições de setembro. Desta forma o que se reafirma é a idéia de que a crença na vitória tanto por parte do MPLA quanto da UNITA transformou-se em algo capaz de evitar a generalização destes distúrbios. Enquanto ambos acreditarem na vitória não haverá apoio de parte alguma a qualquer tipo de conflito pré-eleitoral. (pp.03 a 05)

MOÇAMBIQUE: Diante de um país destruído, a perspectiva de paz não dilui o ceticismo.

Os efeitos da longa guerra civil sobre o país são assustadores. Alguns afirmam que toda uma geração foi (e continua sendo) mutilada. Famílias inteiras foram deslocadas, divididas e eliminadas. A mortalidade infantil é uma das mais elevadas do mundo (e as crianças ainda são massacradas física e psicologicamente pela guerra). Os milhões de refugiados são ainda tragados pela seca, pela fome e pelo ambiente de desconfiança.

Chissano disse ter aceito correr o risco (necessário) de buscar um acordo com o líder da Renamo,

sem dúvida, porque "a paz é o mais urgente". Mas, ataques atribuídos à Renamo nas periferias de Maputo parecem dar razão aos indiferentes, aos céticos, ao multilados, aos refugiados, etc. (pp.7-11)

NESTA EDIÇÃO:

Guilherme Pereira e Francisco Vaz escrevem sobre a cooperação portuguesa e europeia com os PALOP.
p.01

Reestruturação da cooperação austro-africana.
p.02

Difícil situação dos estudantes angolanos em Portugal.
p.03

Acordo entre governo e oposição na Guiné-Bissau.
p.06

Efeitos perversos da Guerra em Moçambique.
pp.7-9

ÁFRICA DO SUL: Negociações permanecem em suspenso.

O governo sul-africano vem desenvolvendo uma campanha diplomático-mediática, visando aparecer frente à opinião pública nacional e internacional como partidário da retomada do processo de negociação de uma ordem política para a África do Sul. Para tanto, ele anunciou sua aceitação das três recomendações da ONU, baseadas no relatório do enviado especial Cyrus Vance: presença de um grupo de 80 observadores estrangeiros no país para fiscalizar o processo, abertura de um inquérito relativo à atuação das forças de segurança do Estado, e, com maior alcance, a decreta

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ção de uma anistia geral. O anúncio da boa vontade de Pretória em avançar na resolução da séria crise que vive o país, aceitando mesmo uma mediação da comunidade internacional (por intermédio da ONU), coincide com o esforço desenvolvido pelo Ministério do Exterior sul-africano em aproximar a África do Sul da Comunidade Européia, que tem como objetivo último, nas palavras dos jornalistas do Público Jorge Heitor e Steven Lang, tornar o país "o motor econômico de toda a África Austral, se não mesmo de quase toda a África ao Sul do Saara"

O ANC, possivelmente pensando nesta face externa desta disposição do governo sul-africano em "ceder" para negociar, não apresenta sinais que, de sua parte, recuará na sua legítima reivindicação do fim da violência, exigência mínima para a retomada das negociações. Quanto à proposta anistia, o ANC manifestou seu repúdio, posto que ela permitiria ao governo simplesmente "perdoar a si próprio os crimes que cometeu". Em todo o caso, não é possível prever uma data para a próxima reunião da CODESA, ainda que todos saibamos quão importante ela será. (p.12)

Mais cooperação, precisa-se

EXPREMIO, SÁBADO 18 DE AGOSTO DE 1982

para a reforma, teremos os ingredientes suficientes para garantir uma cooperação com qualidade e disponibilizar muitos profissionais por algum tempo, mesmo em condições adversas ou com salários idênticos aos de cá.

Saliente-se que não se está a pedir o céu, dado que quase todos os nossos parceiros da Comunidade Europeia têm há muito em vigor estes esquemas de cooperação. Tratar-se-ia apenas de harmonizar o ordenamento jurídico com as normas comunitárias, dando-se, assim, cumprimento a uma recomendação da CE dirigida aos dois países ibéricos em 1986.

Finalmente, outro dispositivo existente na maior parte desses países e que conviria criar entre nós: a contagem para efeitos de cumprimento das obrigações militares ou como serviço cívico do tempo passado em missões de ajuda aos PALOP e a outros países através das ONGD. Seria uma forma útil de captar os nossos jovens para o trabalho de cooperação e, ao mesmo tempo, de abrir aos futuros cidadãos as janelas do mundo.

Claro que tal cooperação de tipo novo não deverá servir para enviar excedentes laborais, aprendizes nas respectivas profissões ou maus profissionais. Antes pelo contrário, pois o nível de exigência dos quadros e técnicos dos países em vias de desenvolvimento é crescente e não se compadece com incompetentes estrangeiros...

Também este tipo de cooperante e voluntário para o desenvolvimento nada tem que ver com o retorno de antigos colonos ou com pessoas animadas de uma visão etnocentrista ou de superioridade de qualquer tipo, mesmo «técnico». As relações de convívio e de trabalho no terreno exigem, antes de mais, uma enorme capacidade de compreensão das dimensões sociais, culturais, históricas e humanas que levam ao subdesenvolvimento e, depois, a procura das soluções económicas, ecológicas e tecnológicas apropriadas.

Só assim se poderá melhorar a prazo a imagem e a realidade do cooperante — português e europeu — nos PALOP. E talvez assim se consiga tirar o tapete aos que hoje exploram demagogicamente as desigualdades sociais nos seus países, quem sabe se para amanhã defenderem o regresso dos que bem serviram o colonialismo.

Ex-cooperantes, co-autores dos projectos de estatuto das ONGD e do «cooperante e voluntário para o desenvolvimento»

A haver muitos «mercenários» na cooperação é porque não se criaram nos 17 anos de pós-descolonização mecanismos de relacionamento para além dos oficiais ou empresariais. As acções de organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) podem abrir um novo relacionamento com os PALOP.

Guilherme Pereira e Francisco Vaz*

A INSEGURANÇA que atinge actualmente os cooperantes em Angola vem recordar um problema sempre latente, que se prende com a presença de estrangeiros a trabalhar nos países em vias de desenvolvimento. «Mal-amados» nos países de acolhimento pelas elites locais ou pelos estratos sociais mais carecidos de tudo, são também olhados nos seus países de origem com algum distanciamento, devido aos supostos proveitos que auferem e à sua experiência profissional «sui generis».

São, afinal, uma espécie de «expatriados», fruto e agentes das relações Norte-Sul. E se, de facto, alguns se destacam pela inutilidade das funções e benesses auferidas, muitos mais são aqueles que dão o seu melhor, e o possível, nas condições em que trabalham, para ajudarem os países para onde vão temporariamente.

Dito por outras palavras: a haver muitos «mercenários» na cooperação, é porque não se criaram ao longo destes 17 anos de pós-descolonização mecanismos de relacionamento para além dos oficiais (bilaterais ou multilaterais) ou empresariais, ou não se exigiu de uns e de outros níveis de rendimento semelhantes aos que tinham nos seus países de origem. Muitos cooperantes trabalham desaperecevidamente dos olhares públicos e muitos mais já por lá passaram ao longo destas quase duas décadas, só não tendo continuado por falta de enquadramentos adequados.

Um estudo publicado no ano passado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) sobre a «Caracterização Socio-profissional dos Cooperantes Portugueses» revelava que os cooperantes entre 1974 e 1987, na sua maioria, partiram para os PALOP já com uma experiência profissional média de sete anos e ali trabalharam entre 18 e 25 meses. Mais não ficaram, ou ali não voltaram, não tanto por desagrado relativamente ao país de acolhimento mas principalmente devido às condições de trabalho e de contratação.

Se, à partida, as razões que os levaram a cooperar eram, por ordem decrescente de importância, a motivação salarial e económica (64 por cento dos casos), a descoberta de novas realidades socio-culturais e a solidariedade (20 por cento das respostas), já a não renovação de contratos é explicada pela falta de apoio

ao seu esforço, tanto da parte das autoridades locais como das portuguesas.

Os inquiridos declararam sentir que a sua acção se traduziu numa inutilidade pontual ou conjuntural, sem que na maioria dos casos sentissem uma utilidade a médio e longo prazos para a sua missão. Um número significativo de cooperantes declarou «cansaço» ou «saturação» devido ao permanente imprevisto e «desenrascanço individual» a que foi obrigado.

Por outro lado, 61 por cento afirmam-se disponíveis para novas missões de cooperação, caso as condições de vida e de trabalho sejam melhoradas. Destas, as condições salariais declaradas pelos cooperantes foram entre 24 e 30 por cento superiores aos seus ganhos anteriores (é certo que nesta medida se incluem disparidades tão grandes como a que vai do simples professor enviado pelo ministério português da Educação ao perito das organizações comunitárias ou internacionais).

O mesmo estudo detectou a quebra contínua, ao longo dos anos 80, dos efectivos enviados pela cooperação bilateral, com tendência para a predominância da «cooperação» empresarial. Paralelamente, registou-se a diminuição dos motivos de ordem solidária ou de simpatia para com o país e o crescente peso de motivações profissionais.

Diagnosticou-se ainda a ausência praticamente total de jovens e de voluntários em acções de cooperação. Esta realidade é tipicamente portuguesa, já que na maioria dos países industrializados um número significativo de jovens recém-formados dedica quase benevolamente algum tempo a trabalhar nos países do Sul.

É no incremento das acções directas de organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) que se nos afigura possível abrir um relacionamento de tipo novo com os países em vias de desenvolvimento em geral e os PALOP em particular. Essa nova fase de cooperação deverá, em nosso enten-

der, vir a ser mais «de povo a povo» — isto é, passar mais pelas respectivas forças vivas, pelas associações e organizações sociais, culturais, de desenvolvimento regional, IPSS e outras, e não só pelas entidades públicas e empresariais.

Para tal, vários instrumentos legais e orçamentais têm de ser criados para completar as dotações comunitárias já disponíveis. Um é o reconhecimento legal das associações de tipo ONGD que, à semelhança das IPSS, associações de defesa do património ou do ambiente, deverão ter um quadro jurídico próprio. Uma vez reconhecidas «de jure», as ONGD que já operam neste terreno — AML, CIDAC, Comité Português para a UNICEF, ILADAP, OIKOS, para citar só alguns — importa simultaneamente que a Assembleia da República legisle sobre o estatuto do cooperante ONGD, isto é, sobre os enquadramentos e apoios a prestar aos voluntários e cooperantes nos países para onde se deslocarem.

Tirando lições dos erros e lacunas até agora registados, o apoio deverá começar por uma cuidada selecção, formação e informação dos candidatos. Não é qualquer cidadão que tem «estofo» para as múltiplas dificuldades a vencer no terreno; e, mesmo que o tenha, tal não será razão para ser entregue a si próprio, como muitos até aqui. Neste tocante, devem as ONGD primar pela qualidade e não resvalarem para organizações «negreiras modernas», de «turismo em trabalho» ou de mão-de-obra bem intencionada mas pouco mais...

Outra medida até agora ausente entre nós (mas não nos restantes países europeus), pesando no abandono de muitos cooperantes, é um esquema de seguro, de assistência médico-medicamentosa e de segurança social que cubra o tempo de permanência no estrangeiro. Se a isto se somar a garantia de regresso no mesmo lugar de trabalho ou, em alternativa, um subsídio de reinserção aquando do retorno a Portugal e a contagem do tempo de missão

dos imigrantes clandestinos

A LEGALIZAÇÃO dos imigrantes clandestinos residentes em Portugal tem finalmente regras definidas: por decreto governamental, aprovado ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, vai ser aberto um período de quatro meses para a regularização excepcional das situações ilegais.

O processo deverá estar concluído até ao início de 1993, altura em que entrarão em vigor os acordos de Schengen relativos à livre circulação no espaço europeu e em que será restringida a admissão de cidadãos não-comunitários.

Os cidadãos dos PALOP que tenham chegado a Portugal antes de 1 de Junho de 1986 terão facilidades suplementares para obter a autorização de residência, sendo a sua legalização praticamente automática. Os restantes cidadãos não-comunitários, residentes no nosso país pelo menos há seis meses, serão legalizados desde que provem ter condições económicas de subsistência, mediante o exercício de uma actividade profissional.

O processo permitirá fazer um recenseamento rigoroso dos cidadãos não-comunitários residentes no nosso país, cujo número poderá ascender aos 200 mil, maioritariamente originários dos PALOP.

SADC PUBLICO

DOMINGO, 16 AGOSTO 1992

À espera de Pretória

A CIMEIRA da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), reunida neste fim-de-semana na capital da Namíbia, deverá ser a mais decisiva para esta organização desde a sua fundação, em 1980.

O que começou como "um clube fechado de amigos" irá provavelmente tornar-se uma entidade económica de cooperação dos países da sub-região. Segundo o secretário executivo da SADCC, Simba Makoni, a velha Declaração de Lusaka dará lugar a um tratado mais actual quando dez chefes de Estado ou de Governo (Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Zimbabué, Botswana, Malawi, Suazilândia, Lesotho e Namíbia) aqui se encontrarem para assinar a Declaração de Windhoek.

A cimeira é mais do que um simples corte no "c", para a organização se transformar na Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC). Trata-se de criar um tipo de assistência regional a todos os níveis, com in-

tegração económica dos países da região, incluindo a África do Sul, logo que o regime ali mudar.

Em conferência de imprensa, Makoni não sublinhou a integração da África do Sul na SADC como tema de destaque, embora observadores considerem esta integração "apenas uma questão de tempo". A opinião é que uma África do Sul democrática poderá ser o coração da SADC, e tornar esta zona a mais rica do continente. Actualmente os únicos representantes sul-africanos na SADCC são o ANC e o PAC, como observadores.

Bloqueada por todo o tipo de problemas políticos e económicos, a SADCC espera que esta cimeira marque uma viragem na grande crise que se vive actualmente na sub-região. Em prioridade está a seca que durante os últimos meses tem alastrado, enquanto os mercados internos, a necessidade de trocas regionais e o intercâmbio de experiências, ideias e informações também estarão em destaque. ■

Tony Figueira, em Windhoek

África Austral reequaciona cooperação

Fernando Lima em WINDHOEK

OS CHEFES de Estado dos 10 países membros da SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral) vão reunir-se na segunda-feira na capital da Namíbia, Windhoek, num dos momentos cruciais para a vida dessa organização. E a provar a importância do encontro está o facto de, desde o princípio da semana que finda, ministros daqueles Estados africanos estarem a prepará-lo.

As rápidas mudanças políticas operadas na região «empurraram» cada vez mais os membros da SADCC — Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué — para uma integração económica que, de modo algum, pode excluir a África do Sul. É um dos objectivos da organização, quando foi criada em 1980, era precisamente a luta organizada contra a hegemonia económica sul-africana.

O projecto económico da SADCC, embora com fortes conotações políticas, atraiu investimentos significativos à região, sobretudo na área dos transportes.

A partir de 1990, porém, com as mudanças operadas em Pretória pelas reformas de Frederik De Klerk, os investidores estrangeiros começaram a ver melhores condições nos mercados sul-africanos, o que originou um retraimento em relação aos países membros da organização. Isso, apesar de, desde há dois anos, a estratégia do secretariado da SADCC estar a apontar para critérios de eficiência, rentabilidade e melhoria dos recursos humanos envolvidos nos projectos.

«Teria sido impossível mobilizar os 200 milhões de dólares para o porto [da Beira] se não houvesse o argumento do 'apartheid'», reconhece uma das figuras-chave do projecto do «Corredor da Beira», em Moçambique.

E ponto assente que a África do Sul, mais tarde ou mais cedo, vai formalmente integrar a SADCC e, na prática, são já evidentes os laços que com ela vêm estabelecendo países cujas rotas de cooperação eram, no passado, orientadas para outras latitudes. O caso de Angola é flagrante.

Esta cimeira deverá aprovar formalmente o estabelecimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, uma nova tentativa de estratégia económica a médio e longo prazos destinada a enfrentar o desafio de outros blocos económicos e de cooperação regionais, como são os casos da Comunidade Europeia, do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e dos países do Pacífico Sul.

A SADCC terá também de responder aos desafios que lhe são colocados pela PTA — Área de Comércio Preferencial — um organismo regional que envolve 18 países da África Austral e Oriental.

Dada a inércia que caracteriza algumas das iniciativas da SADCC, muitas vezes começam a sugerir a sua integração na PTA ou a sua subalternização em relação àquele organismo, já que estão a desaparecer os pressupostos políticos que estiveram na base da criação da conferência.

Com ou sem adesão da África do Sul, são estes os desafios que se colocam aos chefes de Estado africanos que serão hóspedes, daqui a dois dias, do Presidente namibiano, Sam Nujoma.

“Dois barris de pólvora”

António Matos

À medida que se aproximam as eleições, marcadas para 29 e 30 de Setembro, os focos de conflito entre o MPLA e a UNITA parecem alastrar. Desta vez foi o Huambo e de novo Malanje — onde se admite que oito pessoas já morreram e 17 ficaram feridas.

O clima de tensão que se viveu nos últimos dias nas cidades do Huambo e de Malanje, contrariando os repetidos apelos de tolerância, preocupou os principais líderes políticos e os observadores internacionais do processo de paz em Angola. Regressado do Huambo na segunda-feira, Jonas Savimbi convocou a direcção política da UNITA para analisar a situação — o que levou ao adiamento do encontro com o secretário-geral do Partido Socialista português, António Guterres (ver notícia na última página). Ainda esta semana, uma delegação da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) deverá deslocar-se às duas províncias, onde nos últimos dias se acentuaram os confrontos entre simpatizantes e militares da UNITA e do MPLA.

“Dois barris de pólvora”. Foi assim que um observador internacional dos acordos de paz, em Luanda, identificou a situação que se vive nas províncias angolanas de Malanje e Huambo. Contactado telefonicamente pelo PÚBLICO, este observador não escondeu a sua apreensão “pela forma descontrolada como parecem actuar os militantes dos dois partidos” signatários dos acordos de paz. Em sua opinião, a multiplicação dos focos de tensão em Angola deve-se à incapacidade dos organismos multilaterais de fiscalização e verificação da aplicação dos acordos de paz.

Em Malanje, Norte de Angola, a situação estava ontem mais calma, depois de novos confrontos entre — segundo a agência oficial Angop — militares da UNITA e simpatizantes do MPLA, partido governamental, que se opuseram à instalação do comité piloto do partido de Jonas Savimbi no bairro do Campo de Aviação. Este incidente assemelha-se a um outro que recentemente ocorrera na mesma cidade — nos dias 12 a 15 de Julho, no bairro

da Carreira de Tiro. Na altura, apesar das acusações cruzadas entre os dois partidos que polarizam a vida política angolana, a CCPM acabou por explicar os incidentes pela proliferação de armas entre os populares.

Ontem à tarde, em Luanda, admitia-se ainda a hipótese de a CCPM se deslocar a Malanje ainda esta semana. Até agora, segundo fontes policiais, oito pessoas morreram e 17 ficaram feridas na sequência das rivalidades entre a UNITA e o MPLA em Malanje.

Dada como indispensável é a deslocação ao Huambo de uma missão da CCPM, que poderá ocorrer ainda hoje, para apurar responsabilidades nos incidentes que no final da semana passada opuseram militares e simpatizantes dos dois principais partidos e levaram o governador da província a solicitar a intervenção da polícia antimotim — a recém-constituída polícia de choque angolana. O embaixador português, António Monteiro, que chefiava a missão temporária de Portugal junto das estruturas da paz em Angola, regressou ontem de manhã à capital angolana, depois de um curto período de férias em Lisboa, e prevê-se que venha a sensibilizar as partes no sentido de sanar mais estes conflitos.

“Os meus rapazes não reagiram”

Jonas Savimbi deslocou-se ao Huambo no fim-de-semana e no seu regresso a Luanda, segunda-feira, disse aos jornalistas que situação naquela província “é calma”. Segundo o presidente da UNITA, a intervenção da polícia antimotim precipitara os acontecimentos. “Mas os meus rapazes não reagiram; não dispararam um único tiro”, assegurou, referindo-se aos elementos das FALA (exército da UNITA).

Na oportunidade, Jonas Savimbi voltou a proferir afirmações consideradas polémicas em relação às novas Forças Armadas Angolanas (FAA). Falando de Cabinda, o líder da UNITA retomou posições que já defendera depois do recente encontro com a missão tripartida, afirmando que “a facção das FALA dentro das FAA não vai participar numa eventual guerra” no enclave. Esta afirmação, segundo observadores em Luanda, “põe em causa a unidade das novas FAA, para além de ter implícito o prolongamento dos exércitos partidários”.

Estudantes angolanos em Portugal

“Estamos sem dinheiro e sem apoio”

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA, 16 AGOSTO 1989

Teresa Firmino

Cerca de 580 estudantes angolanos em Portugal não recebem bolsas de estudo do Governo de Luanda há quatro meses. Pedem dinheiro emprestado a familiares e a amigos ou procuram trabalho. Alguns têm medo de falar, porque pensam que as bolsas sofrerão ainda mais atrasos. O PÚBLICO contactou alguns deles.

“Estamos assustados e amedrontados. Se levantar a voz, o que será de mim?” Estas palavras são de um estudante angolano residente em Lisboa, que pediu o anonimato. Recusa que a sua identificação origine mais atrasos na sua bolsa de estudo paga pelo Governo angolano. “Se as pessoas preferem calar-se é porque algumas coisas não vão bem. Se falarmos, a situação será pior”, disse, com a voz enaltecida.

Este aluno há quatro meses não recebe dinheiro de Luanda. Tem subsistido com a verba paga pela Direcção-Geral de Cooperação portuguesa, que atribuiu cerca de 40 mil escudos mensais. A outra parte da bolsa, cerca de 38 mil escudos, é atribuída pelas autoridades angolanas.

O seu regresso começou em Abril passado, quando cerca de trinta estudantes se manifestaram junto da embaixada angolana em Lisboa para exigirem o pagamento atrasado das bolsas. A partir daí, “houve pessoas que não gostaram”, explica. “Temos medo. Estamos a sofrer, mas ninguém quer assumir”.

Depois de pequena manifestação, os estudantes dizem que as relações que têm tido com a embaixada não são as melhores. Isto mesmo confirma Dionísio Viagas, presidente da associação de estudantes angolanos da região de Lisboa. “A partir de Abril, as relações com a embaixada deterioraram-se. Sentiu-se ofendida e retabou-nos”.

A restabelecimento da embaixada traduziu-se por deixar de ficar dinheiro aos estudantes até as suas bolsas chegarem de Angola. Por este motivo, eles têm medo de falar. Desde Abril que a embaixada não empresta qualquer verba,

apesar de “as relações tenderem a melhorar. Já conseguimos converter com eles e disseram-nos que vão tentar ajudar-nos”, continua Dionísio Viagas, estudante do 4º ano de engenharia naval no Instituto Superior Técnico. A última reunião com responsáveis da embaixada foi no fim de Julho. Enquanto não recebem uma resposta, os alunos tentam outras alternativas. “Temos de fazer qualquer coisa para sobreviver. Há colegas nossos que estão a trabalhar, porque não nos pagam este tempo todo”, desabafa Dionísio Viagas.

O problema é que há falta de orçamento disponível. “Angola é que tem de mandar o dinheiro. Ultimamente, vê-se a embaixada mais interessada em ajudar-nos. O nosso problema é com o Governo de Angola”, adverte Dionísio.

“Compro um pacote de leite”

Outro aluno angolano, que frequenta o 2º ano de Gestão de Empresas da Universidade Técnica de Lisboa, pediu igualmente anonimato. “Está em causa a minha situação de estudante”, disse um pouco assustado. Também ele confirma que há quatro meses não recebe o complemento de bolsa de Luanda, que vive do dinheiro da Direcção de Cooperação portuguesa e de alguns que os seus familiares em Angola lhe mandaram. “Mas agora deixaram de me enviar, porque a situação lá não é das melhores”.

Este último aluno partilha o aluguer de uma casa particular em Lisboa com cinco angolanos bolsistas, cuja renda mensal é de 130 mil escudos. “Fica mais em conta alugar um apartamento do que estar em residências universitárias”. Alguns destes estudantes não têm sequer acesso às residências, na medida em que frequentam universidades privadas.

As despesas mensais deste aluno repararam-se pelos 21 mil e 500 escudos de renda, três mil para o passe social, 440 pelas duas refeições diárias na cantina e pelos 200 escudos destinados ao pequeno almoço. A esta lista de despesas, há ainda que acrescentar o dinheiro gasto em livros e fotocópias. Por isso, os estudantes correm nas despesas. “Tenho de prescindir de algumas refeições. Compro um pacote de leite no supermercado e tomo no jantar”.

Júlia Gargel, outra bolsista angolana, estudante do 12º ano na Escola Francisco Rodrigues

Lobo, em Leiria, apresenta uma situação ainda mais grave que a dos seus colegas. Só tem bolsa de cem mil escudos mensais paga pelo Governo angolano, o que significa que não recebe um tostão desde Março, o que a obriga a pedir empréstimos a pessoas conhecidas e a familiares.

O caso de Júlia e de Dionísio é semelhante aos dos 580 bolsistas angolanos em Portugal. Destes, somente uma minoria, cerca de cem, têm bolsas do Governo português, o que lhes permite ter algum dinheiro.

Em Julho do ano passado, o Governo angolano decidiu aumentar as bolsas para cem mil escudos e o complemento de bolsa para quarenta mil, o que significa que os angolanos são os que recebem mais entre os bolsistas africanos. Mas, “desde setembro, só se pagou Julho e Agosto”, referiu Dionísio Viagas. De igual modo, o Governo português aumentou o valor das bolsas para setenta mil escudos.

As dificuldades dos estudantes são agravadas pelo facto de só poderem reprovarem dois anos consecutivos, no fim dos quais perdem o direito definitivo à bolsa de estudo dada pelo Governo português.

Sem respostas

O PÚBLICO tentou contactar a embaixada angolana em Lisboa e o Instituto Nacional de Bolsas e de Estado (INBE) em Angola. Raquel Gracia, responsável pelas bolsas de estudo angolanas, respondeu que “a embaixada não pode dar informações”.

Depois de vários telefonemas para Angola, a secretária de Alberto Justo, responsável pelas finanças do INBE, disse também que aquele se encontrava em reunião com o director, Rodrigo Domingos. Num segundo telefonema, poucos minutos depois, a secretária de Rodrigo Domingos afirmou que este tinha saído. Ninguém, a nível das autoridades angolanas, quis, assim, esclarecer o que se passa com as bolsas de estudo.

Segundo um texto da agência de notícias Angop, o Governo angolano vai desbloquear 22 milhões de dólares para o pagamento das bolsas aos seus estudantes, espanhóis por 29 países.

Apenas a contabilista da Direcção-Geral de Cooperação portuguesa, Constança Passos, aceitou falar e informou que “da parte do Governo português está tudo em ordem. O dinheiro para o mês de Agosto já está depositado na Caixa Geral de Depósitos”. ■

Savimbi zangado com o PS

JONAS SAVIMBI não recebeu ontem, conforme estava previsto, o secretário-geral do PS, que hoje regressa a Lisboa, depois da sua visita de quatro dias a Luanda. Alegando, oficialmente, motivos de agenda, devido aos incidentes registados no Huambo e Malanje, o presidente da UNITA não recebeu mesmo António Guterres, depois de inicialmente ter adiado o encontro da manhã de ontem para a tarde. Mas foram razões políticas a motivar o cancelamento: a UNITA está "melindrada" com o PS.

Fontes do partido liderado por Savimbi, no entanto, disseram ao PÚBLICO que o cancelamento do encontro se deveu a razões eminentemente políticas: a UNITA pensa que o PS está a mediar o pedido de adesão do MPLA à Internacional Socialista. A mesma fonte salientou ainda o grande descontentamento com que a UNITA e Jonas Savimbi receberam as mais recentes declarações de

João Soares e de outros elementos do PS sobre Angola, nomeadamente aquando do afastamento de Nzau Puna e Toni da Costa Fernandes e das revelações sobre as mortes de Tito Chingudji e Wilson dos Santos, para basear o entendimento de que existe um claro melindre daquele partido em relação ao PS. Melindre a que o cancelamento do encontro de ontem deu o tom.

Os socialistas avistaram-se, no entanto, com Abel Chivukuvuku, secretário da UNITA para os Negócios Estrangeiros, e, no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), com o general "Gato" (UNITA) e com Fernando Piedade dos Santos "Nandó", vice-ministro do Interior do Governo do MPLA. Aliás, Guterres almoçou ontem com o embaixador António Monteiro, chefe da missão portuguesa na CCPM, tendo jantado com o embaixador português em Luanda, Rocha Páris.

Em declarações ao PÚBLICO, José Lamego desdramatizou a não realização do encontro com Savimbi, embora reconhecendo que não terão sido apenas "motivos de agenda" a determinar o cancelamento da parte do líder da UNITA.

Refira-se, ainda quanto à visita que Guterres está a efectuar a Luanda, que parece ter havido uma tentativa do MPLA para a capitalizar. Para além de um encontro entre delegações de ambos os partidos, os elementos do PS foram ontem convidados pelo Bureau Político do MPLA para um jantar, a que compareceram apenas José Lamego e Carlos Beja, já que Guterres tinha um outro compromisso na embaixada portuguesa. Isto para além do encontro previsto para hoje entre o secretário-geral do PS e o Presidente José Eduardo dos Santos, antes do regresso a Lisboa. ■

António Matos/Duarte Moral

... e transporta tropas das Fapla em Angola

A FORÇA Aérea Portuguesa deverá enviar brevemente para Angola um avião Hércules C-130, com o objectivo de transportar soldados das FAPLA (exército governamental) para os centros de concentração de tropas do MPLA e da UNITA. A autorização foi concedida esta semana e decorre da necessidade de acelerar o processo de reunião de forças nos pontos de acantonamento antes da realização das eleições gerais previstas para o fim do próximo mês.

PS considera «esfarrapadas» desculpas da UNITA

UM DIRIGENTE do PS acusa a UNITA de dar «desculpas esfarrapadas» para justificar o cancelamento do encontro entre Jonas Savimbi e António Guterres, incluído no programa da visita que o líder do PS fez esta semana a Angola. Uma fonte do PS disse ao EXPRESSO que a justificação apresentada pelos representantes da UNITA, segundo a qual delegação socialista transportava nas suas bagagens pessoais propaganda favorável ao MPLA, só pode ser considerada como uma «cortina de fumo para esconder outro tipo de problemas». O mesmo informador que se recusou a esclarecer o sentido da sua afirmação, fez, no entanto, questão de recordar que o líder da UNITA já teve o mesmo comportamento com Cavaco Silva e Fernando Nogueira. «Começa a causar preocupação na comunidade internacional que Savimbi se feche cada vez mais aos contactos externos», adiantou. Diferente é a apreciação que os socialistas fazem da indisponibilidade de José Eduardo dos Santos para receber Guterres que atribuem a um desencontro entre os serviços do MPLA e o protocolo presidencial, muito embora admitam que no seu conjunto a viagem do líder do PS «não foi totalmente conseguida».

Guterres com Savimbi

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 11 AGOSTO 1992

O SECRETÁRIO-GERAL do PS, António Guterres, encontra-se hoje de manhã, em Luanda, com o presidente da UNITA, Jonas Savimbi. Guterres, que se encontra na capital angolana desde domingo à noite, teve ontem uma primeira série de contactos com alguns dos protagonistas da actual cena política local.

A delegação socialista portu-

guesa — composta, além de Guterres, por José Lamego e Carlos Beja — encontrou-se ontem com uma delegação do MPLA, liderada pelo secretário-geral Marcelino Mouro. Um encontro onde esteve em cima da mesa o pedido de adesão do MPLA à Internacional Socialista (IS), tendo os componentes da delegação do PS reafirmado a posição da IS de que tal pedido será apenas

considerado depois de concluído o processo de democratização em Angola. Ontem à tarde, António Guterres foi recebido pelo cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento, numa homenagem à função estabilizadora que a Igreja pode desempenhar no processo angolano.

Amanhã, a delegação do PS será recebida pelo Presidente José Eduardo dos Santos. Uma visita a Angola que "está a correr bem", afirmou José Lamego ao PÚBLICO. ■

Secretário-geral do PS concluiu visita a Luanda

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 13 AGOSTO 1992

Guterres não conseguiu falar com Eduardo dos Santos

OLÍDER socialista, António Guterres, não conseguiu ser ontem recebido pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, depois de um ter aguardado pelo encontro ao longo de quase todo o dia, instalado no Hotel Tivoli, em Luanda. Uma expectativa que o levou a adiar mesmo o regresso a Portugal, inicialmente marcado para a manhã de ontem. O secretário-geral do PS acabou por embarcar ontem à noite com destino a Lisboa sem ter concretizado as duas audiências de óbvio maior impacto na sua deslocação à capital angolana, com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, e com Eduardo dos Santos.

A não concretização da audiência com o Presidente de Angola teve, no entanto e aparentemente, motivações diferentes do cancelamento do encontro com Savimbi.

Enquanto este foi uma clara "retaliação" da UNITA, o malogro de ontem deveu-se à desorganização do MPLA, que se "esqueceu" de solicitar o agendamento do encontro na Presidência da República. A título de exemplo, na manhã de ontem — para quando estava a audiência inicialmente marcada — os serviços da Presidência desconheciam qualquer encontro entre Eduardo dos Santos e Guterres. O que levou mesmo alguns dos dirigentes do MPLA a não esconderem algum "embaraço" no contacto com a delegação socialista portuguesa, constituída, além de Guterres, por José Lamego e Carlos Beja. Ao fim da tarde, desapareceram as esperanças de ainda se poder concretizar a audiência. O avião para Lisboa saía às dez da noite.

"O que era importante foi feito, o que era protocolar não", disse ao PÚBLICO José Lamego, quando questionado sobre o fracasso aparente da deslocação do líder socialista a Luanda, a qual só se concretizou depois de Guterres ter recebido garantias das audiências com Savimbi e José Eduardo dos Santos. "Foi uma visita por nossa iniciativa e não a convite de ninguém, falámos com todas as forças políticas, MPLA, UNITA e outros partidos, e com as representações diplomáticas mais importantes, Portugal, Estados Unidos, Rússia e Grã-Bretanha, e reunimo-nos com a Comissão Conjunta Político-Militar", acrescentou Lamego, tentando minimizar os cancelamentos.

Sobre os argumentos empregues por dirigentes da UNITA para

justificar, não oficialmente, o cancelamento do encontro Savimbi-Guterres, os socialistas refutamos. Não estão a servir de mediadores entre o MPLA e a Internacional Socialista; a posição da IS é conhecida e o PS compartilha-a (aliás, participou na sua adopção); só abordará o pedido de adesão do partido angolano depois de concluído o processo de democratização.

Quanto ao melindre que declarações como as de João Soares sobre as mortes de Wilson dos Santos e Tito Chingudji provocaram na UNITA, um dirigente socialista em Lisboa resumia assim o sentir da direcção do PS: "Não é pelo doutor Savimbi não nos receber que vamos deixar de falar e de defender os direitos humanos." ■

Duarte Moral

Marconi conclui rede via satélite

A COMPANHIA Portuguesa Rádio Marconi (CPRM) vai concluir na primeira semana de Setembro a instalação da rede de comunicações via satélite que está a montar desde Janeiro em Angola.

O projecto é financiado pela Marconi e pago pelo Estado angolano, envolvendo um investimento de cerca de dez milhões de dólares (1,3 milhões de contos) na implantação de antenas parabólicas transportáveis em cada capital de distrito e da antena-mãe em Cacuaco, perto de Luanda.

Recorde-se que a empresa portuguesa venceu a Alcatel na corrida a este projecto, pois a concorrente francesa propunha uma alternativa bastante mais onerosa para o Estado angolano.

Entretanto, a CPRM apresentou na

quinta-feira aos accionistas o relatório do conselho de administração e as contas do 1º semestre de 1992. Os resultados líquidos tiveram uma quebra significativa, tendo atingido apenas 1,8 milhões de contos, o que representa metade do valor apurado em igual período do ano passado (3,6 milhões).

De acordo com o referido relatório, estes resultados foram «influenciados pelos níveis registados nos resultados operacionais, financeiros e extraordinários». Quanto à diminuição dos primeiros (cerca de um milhão de contos), é explicada pelos «efeitos das reduções tarifárias, do agravamento do IVA e das descidas das moedas de facturação».

Nos resultados financeiros, a redução registada (1,4 milhões de contos) ficou a

dever-se a «perdas cambiais extraordinárias, quando no ano anterior se tinham verificado significativos ganhos», e ao recurso ao financiamento e desmobilização de aplicações financeiras para apoio ao programa de investimentos.

Recorde-se que a CPRM desceu globalmente as suas tarifas em cerca de dez por cento em 20 de Março do corrente ano, embora em alguns dos principais mercados essas reduções tenham atingido os 21 por cento. A Marconi tomou esta decisão em face do aumento da concorrência internacional no sector. Um mês depois o IVA aplicado às tarifas das telecomunicações passou de oito para 16 por cento, aumento inteiramente absorvido pela CPRM.

V.A.

Do MPLA para Jonas Savimbi

O presidente da Convenção Nacional Democrática Angolana (CNDA), Paulino Pinto João, antigo quadro do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), declarou em Luanda o seu apoio e o do seu partido à candidatura de Jonas Savimbi — líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), principal partido da oposição — à Presidência da República. Pinto João foi vice-ministro do Comércio Interno, ministro da mesma pasta, secretário de Estado da Cooperação e, mais recentemente, director do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-Partido do Trabalho, tendo nessa altura assumido algumas das posições mais radicais contra a UNITA. O CNDA é um dos chamados partidos emergentes da fase de transição para a democracia que se vive em Angola. Entretanto, a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) concluiu, após uma visita à província do Huambo, não ter havido qualquer atentado da polícia angolana contra a vida de Jonas Savimbi. Na versão da UNITA, elementos da recém-formada polícia antimotim teriam atentado contra a vida do seu líder no passado fim-de-semana, com um ataque à sua residência no Huambo. A CCPM não deu como provadas estas acusações, limitando-se a reconhecer uma «actuação incorrecta» da polícia. ■

Alta tensão em Malange

APÓS os incidentes de sexta-feira, a situação continua muito tensa na província de Malange. Forças da UNITA (FALA) expulsaram a administração de Kalandula, a norte de Malange, e prenderam o segundo secretário provincial do MPLA, anunciou a agência oficial ANGOP, citando o comandante provincial da polícia, Lauriano Tomé Neto. Enquanto a mesma fonte denunciava a movimentação de tropas das FALA, registavam-se em Malange manifestações hostis à implantação de centros da UNITA na cidade. ■

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 14 AGOSTO 1992 VOZ DO EXTERIOR, José Ramos-Horta.

ANC REJEITA AMNISTIA — O Congresso Nacional Africano (ANC) rejeitou ontem a ideia de uma amnistia geral proposta por Pretória, considerando-a uma forma de o Governo «se perdoar a si próprio pelos crimes que cometeu». O movimento de Nelson Mandela acrescentou que uma amnistia não poderia ser dada senão por um Governo interino. Um comunicado do ANC divulgado ontem anuncia que representantes do movimento estiveram reunidos no domingo com uma delegação do Governo e sublinha que não houve nenhum «movimento visível» da parte do Executivo no que diz respeito às exigências apresentadas pelo ANC. Em consequência disso, «decidimos recusar um novo encontro», diz o comunicado. (ver pág. 12)

Primeiro de Agosto comanda em Angola

O PRIMEIRO de Agosto mantém o comando do campeonato angolano de futebol após ter vencido o Sporting de Benguela por 2-1, em encontro da 23ª jornada. O clube luandense é o guia isolado da tabela classificativa com 36 pontos, sendo seguido pelo Primeiro de Maio, que, apesar de ter vencido o Desportivo EKA por 1-0, tem um atraso de seis pontos em relação ao líder. Resultados desta jornada: Inter Huila-Inter Luanda, 3-1; Primeiro de Maio-Desportivo EKA, 1-0; Petro Luanda-ASA, 1-1; Primeiro de Agosto-Sporting de Benguela, 2-1; FC Cabinda-Desportivo NOCAL, 1-0; Benfica de Huambo-Ferrovial Huila, 3-1; Sagrada Esperança-Nacional de Benguela, 3-0. O jogo Petro Huambo-Benfica de Cabinda foi adiado. ■

“O processo político em Bissau está muito atrasado”

Jorge Heitor

Por mais voltas que se lhe dê, a oposição guineense continua dividida e facilita assim a continuação no poder do partido que diz contestar. Um dos mais jovens dirigentes oposicionistas explica-nos porque não acredita de forma alguma que Bissau tenha eleições antes de Fevereiro de 1993.

Amine Michel Saad, de 37 anos, líder do Partido Democrático do Progresso (PDP), legalizado na semana passada, disse ao PÚBLICO que não vê qualquer possibilidade técnica de a Guiné-Bissau ter as suas pri-

meiras eleições pluralistas dentro de três ou quatro meses, conforme prometeu o Presidente João Bernardo Vieira, “Nino”.

A publicação dos dados de um recenseamento geral da população já efectuado mas ainda não trabalhado, o recenseamento eleitoral, a revisão constitucional que permita eleições directas por sufrágio universal e a aprovação de uma lei eleitoral são coisas imprescindíveis e que não vão estar prontas até ao fim do ano — alegou aquele advogado, que há 15 anos tem conduzido essencialmente a sua actividade fora do país e que deseja ter agora uma palavra no novo jogo político.

A Comissão Multipartidária de Transição (CMT) que recentemente tomou posse e a que o PDP não aderiu tem todas as condições para vir a servir o PAIGC e os seus intentos de se perpetuar no poder — considerou Amine Saad, que pertence a uma família de comerciantes de origem libanesa, como

tantos outros que existem na África Ocidental.

O primeiro objectivo de todos os oposicionistas terá de ser retirar ao PAIGC o monopólio do poder e só depois escolher entre si quem é que terá mais capacidades para administrar o país — prosseguiu o nosso entrevistado, que se afirma contra o facto de vários líderes da oposição se declararem candidatos à Presidência da República, em vez de haver um só contra “Nino”.

Governo de transição

Na sua opinião, o essencial seria constituir agora um Governo de transição, que num período de seis meses fosse capaz de proceder ao recenseamento eleitoral, à revisão constitucional e à aprovação da Lei Eleitoral. E para chefiar esse Governo proporia uma personalidade sem grande passado partidário; alguém que fosse mais conhecido pela sua activida-

de profissional do que política. Estava, aparentemente, a querer indicar nomes como os de Benjamin Pinto Bull, Honório Sanches Vaz, Carlos Barros ou Filinto Vaz Martins.

“Luís Cabral (o primeiro Presidente da Guiné-Bissau, de 1973 a 1980) deixou o país a um passo do abismo. E ‘Nino’ deu esse passo — comentou Amine Saad, segundo o qual tem havido em terra guineense uma “repressão generalizada”.

No entanto, no seu entender, João Bernardo Vieira ganhará as primeiras eleições presidenciais multipartidárias se a oposição se apresentar dividida e lhe fizer frente com diversos candidatos e não com um só.

Por outro lado, gostaria que o candidato oposicionista à chefia do Estado não tivesse nada a ver com as administrações de Luís Cabral e de “Nino” Vieira. Ou seja, que não fosse de modo algum o antigo primeiro-ministro Victor Saúde Maria, líder do Partido Unido Social Democrata (PUSD), nem o antigo secretário de Estado Aristides Menezes, responsável pela Frente Democrática.

Preferia que o protagonismo estivesse com o Movimento Bafatá, criado há seis anos pelo médico Domingos Fernandes Gomes; e, ainda mais, com o seu próprio PDP, que alega recolher princípios do socialismo democrático (a política social), da social-democracia (os direitos humanos) e do liberalismo (a economia de mercado). ■

PAIGC e oposição chegam a acordo

SEIS partidos da oposição guineense assinaram na sexta-feira em Bissau um acordo com o PAIGC, criando uma Comissão Multipartidária de Transição (CMT), que será constituída por três representantes de cada um dos sete signatários.

O acordo diz que “a comissão é um órgão transitório de concertação de partidos políticos, criado por iniciativa dos seus líderes”. E que partidos ainda não legalizados poderão integrá-la logo após a sua legalização, mediante uma declaração de adesão. Quatro semanas foi o tempo necessário para que se estabelecesse a confiança entre o poder e a maioria dos seus adversários, que acabaram por ultrapassar as divergências.

O PAIGC pretendia, quando muito, criar um ó-

rgão consultivo e a oposição exigia uma comissão com maior capacidade de intervenção, que podesse equilibrar as decisões da Assembleia Nacional Popular, constituída maioritariamente por militantes e simpatizantes do partido de “Nino” Vieira.

Acabou por surgir um grupo cujas decisões não terão carácter vinculativo, mas o partido governamental comprometeu-se a “sensibilizar” os deputados para que tenham em devida conta as decisões da CMT.

O primeiro teste da validade desta comissão vai ser quando, em breve, apresentar a sua proposta de revisão pontual da Constituição. Até aqui o Parlamento não se tem mostrado muito interessado em introduzir grandes alterações na lei fundamental, que segundo a oposição

continua a favorecer o PAIGC.

Competirá ainda à CMT apresentar propostas de Lei Eleitoral, Lei da Comissão Eleitoral Nacional e Lei do Recenseamento Eleitoral, bem como fixar o calendário eleitoral e a composição da Comissão Eleitoral. Além disso, terá a seu cargo a gestão dos recursos financeiros para as eleições e o acompanhamento do recenseamento eleitoral.

“O Partido Democrático do Progresso (PDP), legalizado enquanto decorriam as negociações para a criação da CMT, pronunciou-se contra esta iniciativa, que considera inútil e perigosa, “porque na prática retira à oposição a capacidade de condução do processo, conferindo-a de bandeja ao PAIGC.”

José Luís Silva, em Bissau

PÚBLICO

DOMINGO 16 AGOSTO 1992



MOÇAMBIQUE A GERAÇÃO PERDIDA

A guerra civil fez de Moçambique um dos países mais pobres do mundo. E destruiu, mutilou e violentou toda uma geração. O testemunho de uma jornalista inglesa.

Da primeira vez que Manuel, de 12 anos, matou, pegou numa baioneta e espetou-a na barriga de uma velha, ao mesmo tempo que via brotar uma súbita golfada de sangue e ouvia o grito agudo que a mulher soltou ao morrer. Quando ficou quieta, decepcionou-lhe a cabeça. O seu companheiro, Carlos, de 13 anos, cortou a garganta a um jovem feito prisioneiro pelos bandidos. Quando a matança chegou ao fim, segundo explica, "as partes do corpo foram cortadas e cozinhadas com outra carne, num guisado para nós comermos. Era um ritual para nos proteger das balas da Frelimo. Disseram-me que, para ficar mesmo imune, teria de beber o sangue das três pessoas que matasse a seguir."

Manuel está sentado, de olhar vago, encolhido numa posição fetal, com os braços escanzelados a abraçar o corpo magro, como que a tentar proteger-se, e relata o que aconteceu num tom de voz neutro, sem emoção. Carlos não nos olha de frente mas o seu jogo corporal procura exprimir bravura: faz gestos ofensivos com as mãos e balança agressivamente os ombros enquanto fala.

Ambos os rapazes eram, até há pouco tempo, prisioneiros da Renamo (o movimento de Resistência Nacional de Moçambique), mobilizados à força para o exército guerrilheiro e ameaçados de morte se não matassem conforme lhes fora ordenado. Sempre que cometessem algum acto particularmente grotesco ou sádico eram elogiados e recebidos com gritos de aplauso. O que estes rapazes fizeram provoca um tal horror que não é fácil sentir-se simpatia imediata por eles, mas, como diz David Vincent, um assistente social de Glasgow que veio trabalhar com as crianças moçambicanas traumatizadas pela guerra: "São vítimas de uma guerra que não respeita as crianças nem a infância. Foram eles quem sofreu mais, porque foram forçados a cometer actos que os brutalizaram de tal forma que perderam toda a noção de bem e de mal."

Luísa, com 11 anos, lembra-se do súbito terror que a assaltou quando ela e a família acordaram ao som de berros e gritos à porta da palhota onde viviam: "Eu estava com os meus pais, as minhas irmãs e três irmãos e só conseguimos fugir da palhota. Vi pessoas a serem abatidas a tiro enquanto corríamos, mas nós conseguimos chegar ao mato. Sabíamos que a Renamo estava a queimar a aldeia e tínhamos medo de ser perseguidos. Andámos muito tempo pelo mato. Estávamos com tanto medo que não voltámos.

>>

>> "Vivemos dois anos no mato. Sabíamos que não podíamos sobreviver se não plantássemos uma machamba, mas não tínhamos ferramentas. O meu pai tentou regressar à aldeia para ir buscar a catana. Não voltou. Alguns de nós fomos procurá-lo e encontrámo-lo morto perto de uma estrada. Tínhamo-lo golpeado com uma baioneta. Depois disso, ficámos com medo de sair daquela zona do mato onde estávamos. Fizemos uma palhotas pequenas e alimentávamo-nos de raízes e de tudo o que encontrássemos para comer. Dois dos meus tios e uma das minhas irmãs morreram de doença."

Estas são as histórias terríveis da vida quotidiana das crianças de Moçambique. Em todas as aldeias do mato há relatos semelhantes para contar e calcula-se que quase metade das crianças do país foram vítimas destes 12 anos de guerra civil, por serem um alvo directo da Renamo. Os seus sofrimentos deveriam pesar na consciência da África do Sul, que, desde os anos 70, financiou, treinou e traçou a estratégia das forças guerrilheiras da Renamo: algumas dessas crianças aderiram por sua livre vontade, mas muitas mais foram raptadas e forçadas a combater contra o exército do Governo da Frelimo.

Foi uma guerra que teve origem nos receios da África do Sul e da Rodésia de terem por vizinho um Estado negro, independente e socialista. O partido moçambicano Frelimo obteve a independência do regime colonial português em 1975; alguns moçambicanos desafectos reuniram-se na Rodésia, formando uma força armada contra a independência. Quando a Rodésia se tornou no Zimbábue independente, em 1980, a África do Sul começou a financiar, a treinar e a armar gente recrutada pela Renamo. Como os voluntários eram cada vez em menor número, passou a ser forma normal de recrutamento o rapto e treino forçado.

A palavra de ordem, emitida pela África do Sul, era a de desestabilizar Moçambique. Até este momento, isso tem-se traduzido na destruição das infra-estruturas do país: metade das escolas e postos médicos estão lançados por terra e professores e profissionais de saúde são escolhidos como alvos a abater; os sistemas de transporte estão gravemente afectados e as colheitas foram arrasadas. Agora que o Presidente de Klerk se pronuncia em público contra o "apartheid", a África do Sul deixou de apoiar oficialmente a guerra, mas esta prossegue e diz-se que o dinheiro e as armas continuam a ser fornecidos por facções da extrema-direita sul-africana. Entretanto, realizou-se a 11.ª ronda de conversações de paz, mas há poucas esperanças de que seja bem sucedida.

É uma guerra que hoje atrai poucas atenções, mas as suas atrocidades são comparáveis às de Pol Pot, segundo afirma Eima Barr, uma funcionária local da Unicef, que tem trabalhado na província da Zambézia, zona de guerra no Norte do país: relata ela ser normal

as crianças verem-se obrigadas a matar os próprios pais e familiares, a assistirem a cenas em que as barrigas de mulheres grávidas são abertas para lhes arrancarem os bebês ou se deceparam os órgãos genitais de homens que depois são forçados a comê-los. Ser criança aqui significa estar sempre com medo que os "bandidos" — como são conhecidos por toda a gente os soldados da Renamo — assaltem a aldeia, atirem a matar sobre todos os que tentem fugir, violem raparigas e mulheres indiscriminadamente e queimem as palhotas com as pessoas lá dentro.

Nesses ataques, são capturadas crianças que chegam a ter seis anos de idade e que são levadas para as bases militares — o que, para os rapazes, normalmente significa que receberão treino militar à força e serão obrigados a matar sob ameaça de execução, como aconteceu com Manuel e Carlos. Para as meninas, significa que serão "mulheres" e empregadas domésticas dos soldados da Renamo.

Neil Boothby, autor do relatório "Crianças de Moçambique — O Custo da Sobrevivência", com base em entrevistas com 504 crianças e publicado no ano passado, resume a situação: "As crianças são consumidas pelo medo, mesmo antes de se encontrarem frente a frente com a Renamo. O medo domina a imaginação das crianças obrigadas a viver sob a ameaça de um ataque da Renamo. E justificadamente — serem capturadas pela Renamo é um dos maiores riscos a que estão sujeitas as crianças nas zonas rurais."

Medo é coisa que se encontra por toda a parte. É o que as pessoas sentem a todo o momento, aquilo de que todos falam; é a coisa que as domina. Não se pode viajar para fora de Maputo, a capital do país, ou sair à noite. Enquanto lá estivemos, três freiras morreram queimadas no jipe em que viajavam para a Suazilândia. Pouco depois, foram mortas quatro pessoas que se tinham arriscado a seguir de automóvel para norte.

E há quem, caminhando de noite, de uma aldeia para outra, nunca chegue ao destino. Num bar do porto de Quelimane, dois jovens saboreiam uma cerveja, com as respectivas "kalashnikov" pousadas por baixo dos bancos do balcão. No meio disto tudo, há um heroísmo desafiador na forma como as pessoas falam, riem e cantam enquanto fazem a sua vida normal, e na forma como brincam e riem as crianças que não foram demasiado brutalizadas.

Mas, de repente, deparamos com um grupo de mulheres sentadas à sombra de uma árvore, com uma expressão de serenidade nos rostos vencidos, e uma delas segura contra o corpo uma criança terrivelmente magra. Os seus três filhos mais velhos foram mortos no ano passado, num ataque à aldeia. As outras recordam como se agarraram aos maridos (que nunca mais voltaram a ver), quando os bandidos os obrigaram a segui-los.

Os assaltos da Renamo destroçaram famílias, deixando centenas de milhares de crian-

ças órfãs ou separadas dos pais. Famílias que fugiram durante os ataques — normalmente feitos a coberto da noite — ficam separadas no mato e acontece as crianças andarem meses, e até anos, sem saberem quem são os pais e os parentes, às vezes sem nunca os voltarem a encontrar. As de menos de cinco anos quase sempre têm a morte por certa, diz Barr, e as que conseguem sobreviver lá encontram o caminho para a cidade ou aldeia mais próxima. Se não forem recolhidas, acabam como “deslocadas” e vivem como meninos da rua nas cidades.

O efeito traumático da guerra sobre as crianças está bem documentado internacionalmente, mas poucos se têm ocupado do que há a fazer nestas situações. Há quatro anos, o Governo moçambicano decidiu que tinha de encontrar uma maneira de ajudar esta geração de crianças traumatizadas. Sob a orientação da psiquiatra Naomi Richman, contratada pelo Save the Children Fund, o Ministério da Educação moçambicano estabeleceu um programa de ajuda e reabilitação, a aplicar pelos professores nas escolas — visto esta parecer a forma mais eficaz de abranger o número máximo de crianças.

É tradicional, na cultura africana, as famílias acolherem as crianças órfãs, por isso muitos dos meninos órfãos e perdidos são recolhidos pelas pessoas nas suas casas e costumam frequentar as escolas locais. Mesmo os que estejam a viver temporariamente numa cidade ou aldeia podem frequentar a escola da área. Os professores, que receberam formação em seminários da Unicef por todo o país, estão atentos para detectarem crianças perturbadas e tentarem saber, pela comunidade ou pelas próprias crianças, quais delas estão necessitadas de cuidados especiais.

O primeiro passo foi procurar coisas absolutamente básicas para a saúde mental das crianças: afecto e segurança. Para este efeito, uma das iniciativas mais úteis é o programa de localização de famílias, que foi lançado para se encontrarem os pais ou as famílias alargadas de crianças que se separaram deles. Etelvina, directora dos serviços de assistência social na Zambézia, explica como funciona: “Perguntamos às crianças que encontramos de onde vêm, quem são os pais ou qualquer outra coisa que eles possam dizer-nos. Depois fotografamos as crianças e fazemos um cartaz com a sua descrição pormenorizada, que enviamos para o distrito de origem. Aí, convocamos uma reunião da comunidade para mostrarmos o cartaz — normalmente fica afixado numa árvore, para as pessoas poderem voltar a observá-lo melhor — e para perguntarmos se alguém conhece a criança.”

Quando obtém resposta de alguém que afirma ser membro da família e reclama a criança, tiram uma fotografia Polaroid a essa pessoa, que mostram à criança, para confirmação, antes de esta lhe ser entregue. Com compreensível orgulho, Etelvina refere uma taxa de sucesso de 25 por cento na reunifica-

ção das famílias e acrescenta: “Quando não conseguimos isto, tentamos encontrar um lar de adopção na mesma comunidade. Se houvesse paz, podíamos fazer muito mais.”

Quando as crianças são entregues, podem ser mandadas para a escola e é aí que é possível iniciar a tarefa de as ajudar a aceitarem e a libertarem-se da culpa que muitas delas sentem. A dr Richman explica que as crianças têm dificuldade em revelar os seus sentimentos; muitas vezes ficam caladas, por vergonha ou porque não estão habituadas a falar de si com um adulto. As meninas que foram sujeitas a maus tratos sexuais e a violação sentem-se degradadas e envergonhadas e é frequente os meninos guerrilheiros sentirem ódio por si próprios. É essencial, explica Emílio Madeira, que orienta alguns dos seminários de formação, que os professores ajudem essas crianças a compreender que são vítimas e que não podiam ter evitado aquilo que lhes aconteceu ou os actos que praticaram.

“Também temos de educar as comunidades a compreender isto”, acrescenta. “Pode ser difícil tentar reinserir uma criança que foi usada pelos guerrilheiros porque a aldeia pode estar horrorizada com aquilo que ela fez. Às vezes, as próprias famílias rejeitam os seus filhos. Mas se não lhes dermos a possibilidade de regressar a uma vida normal, que esperança lhes resta?” Os meninos guerrilheiros perdem as suas resistências durante o treino militar por acção de drogas, castigos físicos, humilhações, privação de alimentos e de água — e pelo exemplo da execução dos que não se submetem. Então, como normalmente acontece com as pessoas que são forçadas a violar os seus códigos morais mais profundos, as crianças sobrevivem tornando-se dependentes dos seus opressores, imitando o seu comportamento.

Uma das razões pela qual a Renamo se interessa particularmente pela mobilização de crianças é que, uma vez “vencidas”, elas perdem a consciência moral e não se sentem responsáveis pelo que fazem. Até podem desenvolver um certo prazer em matar e em cometer terríveis atrocidades, e isso suscita os elogios dos seus captores.

Uma das tarefas mais urgentes destes professores é ajudá-las a reaprender um código moral. Livres dos seus captores, as crianças muitas vezes distanciam-se das outras pessoas. Algumas refugiam-se num estado em que ficam absortas e não comunicam, o que é sinal de um desespero muito profundo; outras, diz a dr Richman, ficam agitadas e agressivas, descontrolam-se e tornam-se violentas quando não conseguem resolver certos conflitos.

O ponto de partida para todas as crianças traumatizadas é estabelecerem laços de confiança com um adulto que se possa tornar confidente, que seja capaz de acalmar uma criança perturbada e

ajudá-la a encarar o futuro com algum optimismo. Rafael Pedro, professor no Gurué, zona particularmente perigosa e em crise, no extremo norte do país, explica: “Na minha escola há crianças que estiveram algum tempo com os bandidos e têm um comportamento estranho. É muito frequente terem dificuldade em misturarem-se com as outras crianças ou em brincarem. Tento sentar-me ao pé delas, calmamente, e espero até se sentirem em condições de falar comigo. Também tento falar com as famílias delas, porque é muito importante compreenderem aquilo por que a criança está a passar e ajudarem-nos fazendo com que a criança se sinta segura, de forma a poder libertar-se da culpa.”

A terapia clássica que consiste em recorrer a actividades criativas — canto, dança, teatro e narrativa de histórias — de modo a que a criança possa dominar os seus terrores e recuperar, na medida do possível, uma infância normal, tem sido parte importante do programa. Em particular, os desenhos e as pinturas têm servido para, de uma forma tranquila e introspectiva, as crianças exprimirem coisas de que não conseguem falar, por serem demasiado dolorosas.

Na penumbra da sala de aula de uma escola primária da província do Xai-Xai, as crianças estão debruçadas sobre folhas de papel. Na pintura de Aichita, de 12 anos, há um soldado agachado, com uma “kalashnikov” ao ombro, a disparar rajadas de tiros para um grupo de mulheres e crianças. Há homens a tentarem opor-se aos bandidos. Foram cuidadosamente desenhados corpos com cabeças a rolar. Aichita passou dois anos num acampamento da Renamo e só fugiu há seis semanas. Foi capturado com a mãe, o pai e o irmão. No segundo dia na base militar, foi forçado a assistir ao fuzilamento do pai e, nas semanas seguintes, a mãe foi violada repetidas vezes pelos soldados, a uma distância de Aichita suficiente para ele a ouvir gritar. Ficou doente e morreu. O irmão foi levado para outra base e Aichita não faz a mínima ideia do que lhe aconteceu.

A única coisa que ele faz com algum entusiasmo é desenhar e, de todas as vezes, reproduz sempre as mesmas cenas. Mas é o que acontece com muitas outras crianças. Maria Gertrude é a directora da escola de Aichita, onde há 14 crianças que foram recentemente libertadas ou fugiram da Renamo e cujos desenhos são sempre o reflexo dos seus medos e horrores mais entranhados. Ela sugeriu que desenhassem vacas ou casas, mas não conseguem desviá-las daquilo que sentem necessidade de exprimir: “Quando sugiro que desenhem outras coisas, elas fazem-no, mas depois rasgam sempre os desenhos. Estão cheias de emoções tão desordenadas e assustadoras, que têm de se haver com

Muitas vezes, não é fácil para os professores compreenderem até que ponto foram difíceis e destrutivas as experiências das crianças e quanto tempo levará para se conseguir que elas se libertem de alguma forma. Contudo, Maria Gertrude, como muitos outros professores, referiu melhoras lentas mas visíveis: "Vejo que algumas crianças se acalmam e se abrem, vejo-as sorrir — a princípio sorrisos tímidos e hesitantes, e depois, um belo dia, riem-se. Nesses dias também me rio, é como se fosse uma grande conquista!"

Também é difícil avaliar o êxito de um programa destes, embora a dr. Richman, analisando o trabalho antes de se ir embora de Moçambique, tenha afirmado: "As experiências de muitos dos professores em zonas diferentes demonstram que é possível integrar e apoiar estas crianças, mesmo os meninos guerrilheiros."

Ninguém canta vitória e todos reconhecem que o que se pode fazer está limitado pela escassez de recursos e, sobretudo, pela própria guerra. Mas têm de continuar a tentar. "Se não formos nós, quem ajuda as nossas crianças?" pergunta Etelvina. "Quando crescerem, têm de tomar conta do país, criar os seus próprios filhos; não sei como conseguirão fazer isso, se não forem capazes de se conformarem, de uma maneira ou de outra, com as coisas terríveis que fizeram. As pessoas aqui falam de uma geração perdida, mas nós não nos podemos dar ao luxo de perder uma geração." ●

(Tradução de Ana Barradas)

Índice de criminalidade subiu em 182 casos na província do Maputo

● No total registaram-se 1497 casos de delito comum de Janeiro a Junho de 1992

A Polícia Popular de Moçambique registou e controlou, durante o primeiro semestre do ano em curso, a nível da província do Maputo, 1497 casos de delito comum, contra os 1315 registados em igual período do ano passado, o que significa um aumento do índice de criminalidade em mais de 182 casos no mesmo intervalo, segundo deu a conhecer uma fonte autorizada do Comando Provincial da corporação.

Os crimes dirigidos contra a propriedade, onde se englobam roubos gerais, assaltos à mão armada e furtos qualificados, são os que ocorreram com maior frequência, totalizando 927 casos.

Contra pessoas, nomeadamente homicídios voluntários, agressões físicas e esfaqueamentos, registaram-se 458 casos, enquanto que os chamados crimes contra o pudor foram 43. Ainda durante o primeiro semestre do ano em curso, a Polícia registou e controlou outros 69 crimes diversos, onde se incluem casos de consumo e venda de estupefacientes, porte ilegal de armas de fogo, entre outros.

No que se refere aos crimes contra a propriedade, foram registados 81 casos de roubo simples, dos quais 69 foram esclarecidos. Foram comunicados à Polícia outros 353 furtos qualificados, tendo sido esclarecidos 264, 38 assaltos à mão armada, dos quais 13 foram desvendados.

Quanto aos crimes contra pessoas, soubemos terem sido participados à Polícia 39 casos de homicídio durante o período em referência, contra 36 assassinatos no 1º semestre de 1991. Dos homicídios ocorridos no 1º semestre de 1992, a Polícia conseguiu descobrir os autores de 29 casos. Ainda nos crimes contra pessoas, encontram-se 160 casos de ofensas corporais (espancamentos e esfaqueamentos), tendo 144 desses crimes, sido esclarecidos.

A nossa fonte faz notar que estes números referem-se aos casos que foram comunicados às esquadras policiais, o que significa que não se exclui a possibilidade de haver outros casos registados em vários pontos da província do Maputo que não estão incluídos nas estatísticas.

Na luta contra a criminalidade, as autoridades policiais neutralizaram e conduziram aos calabouços 1861 delinquentes durante o 1º semestre do corrente ano, contra 1562 criminosos em igual período do ano passado.

Entre as pessoas detidas indicadas

de prática de diversos crimes, encontram-se 182 mulheres e 205 menores.

Durante o mesmo período, as autoridades recuperaram 40 armas de fogo que se encontraram em mãos criminosas, sendo 27 do tipo «AKM», uma «FBP» (de fabrico alemão) e nove pistolas.

A Polícia apreendeu ainda 16 carregadoras, duas granadas, 20 aparelhos electrónicos, entre audios e áudio-visuais, cerca de cinco quilos de soruma, 250 gramas de cocaína, três pedras semi-preciosas e medicamento diverso avaliado em 3,5 milhões de meticals.

Nas mesmas operações, a Polícia recuperou 25 viaturas e 30 motorizadas roubadas, maioritariamente na cidade de Maputo.

Contra vendedores de esquilas Autoridades policiais desencadeiam nova ofensiva

As autoridades policiais da cidade de Maputo desencadearam durante o dia de ontem, mais uma campanha contra vendedores de esquilas que proliferam na cidade, utilizando para o efeito carrinhas blindadas, cães e outros meios apropriados.

O nosso Jornal pôde acompanhar os agentes das autoridades policiais a esconder vendedores de produtos alimentares que se encontravam junto ao campo do Ferroviário, "comerciantes" estes que anteriormente praticavam a sua actividade na Avenida Guerra Popular, junto à Fábrica Vitória.

No ocasião, foram apreendidas grandes quantidades de produtos diversos tais como cigarros, sabão, bolachas, alimentos confeccionados, entre outros.

A nossa Reportagem apurou ainda que durante a campanha, alguns vendedores foram detidos e encaminhados para os calabouços de diversas esquadras da capital.

Notícias - 06/08/92

Notícias - 06/08/92

Diplomata brasileiro termina missão no país

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel dos Santos, ofereceu na noite da passada terça-feira, num dos estabelecimentos hoteleiros de Maputo, um jantar de despedida ao Embaixador do Brasil em Moçambique, Luís Fernando do Couto Nazaréth.

O diplomata brasileiro, que exerceu a função de embaixador no nosso país durante seis anos, fora recebido no último domingo pelo Presidente da República, Joaquim Chissano, para a apresentação de cumprimentos de despedida. Anteriormente havia sido igualmente recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Pascoal Mocumbi.

Luis Nazaréth deixa Moçambique para assumir uma nova missão oficial do seu país na Indonésia. Discursando no jantar oferecido ao diplomata brasileiro, Manuel dos Santos salientou que «este deixa em Moçambique algumas obras por acabar, e que a sua despedida acontece num momento em que começamos a ver a luz da paz no fundo do túnel».

Manuel dos Santos desejou ao embaixador Luis Nazaréth um bom trabalho no seu novo posto de missão em Djakarta.

Por sua vez, o diplomata brasileiro afirmou que os seis anos de permanência em Moçambique, foram uma experiência enriquecedora não só do ponto de vista profissional, como humano. Sublinhou que é um presente sair de Moçambique com as notícias de que a paz para o país está próxima.

Na campanha agrícola 92/93

Notícias - 06/08/92

Camponeses vão necessitar de 26 mil toneladas de sementes

O Director Nacional de Agricultura, Anastácio Tamele, disse que estão planificadas como necessidades para o Programa de Emergência para Sementes e Utensílios de Produção — PESU — referente à campanha agrícola 92/93, cerca de 26 mil toneladas de sementes diversas e 3 500 000 unidades de utensílios agrícolas. Falando em Maputo na abertura da reunião nacional do PESU, Tamele apontou que estas necessidades representam um crescimento substancial, quer em sementes, quer em utensílios de produção, quando comparadas às necessidades planificadas para o PESU 91/92. Este dado por si só dá uma dimensão do esforço que temos de levar a efeito para cumprir o PESU 92/93 — referiu Anastácio Tamele.

Aquela reunião, que termina amanhã, fará a análise do ponto de situação da preparação do programa de emergência para sementes e utensílios agrícolas da próxima campanha, nomeadamente nos aspectos de disponibilidade de insumos e de financiamentos para aquisição destes, bem como o estágio da sua aquisição e espedimento para os locais de destino.

Um factor que tem vindo a merecer gradualmente a maior atenção do sector, de acordo com Tamele, é a produção a aquisição local de insumos,

existindo experiências diferentes nas províncias neste domínio. Aliás, a província do Niassa é um exemplo vivo nesta matéria, pois na campanha finda abasteceu-se de sementes produzidas localmente, de acordo com uma informação prestada por um responsável da Agricultura naquela região do país.

— As vantagens e os resultados efectivos já atingidos nesta área levam-nos já a recomendar o incremento desta prática e à maior coordenação dos esforços entre os programas de multiplicação de sementes e material

vegetativo em curso e/ou em perspectiva nas diferentes províncias e o PESU nesta área — sublinhou Anastácio Tamele.

A reunião nacional, na qual tomam parte representantes de várias instituições moçambicanas ligadas a este programa, incluindo as de organizações não-governamentais e agências internacionais, vai ainda consagrar algum tempo na análise das formas de que se possa revestir a coordenação e que deve encontrar um quadro em que se busque uma complementaridade em termos de recursos humanos, materiais e financeiros numa perspectiva de sua racionalização.

Para a próxima campanha agrícola a SEMOC distribuiu perto de 7400 toneladas de sementes diversas, incluindo a semente importada.

Voluntários estudam acolhimento de refugiados

DOZE VOLUNTÁRIOS portugueses partem na terça-feira para Moçambique para trabalhar durante um mês no Projecto de cooperação "Moçambique 92". Em vésperas do cessar-fogo, vão elaborar um programa de acolhimento dos refugiados em Maputo com o apoio do Cardeal da capital moçambicana, D. Alexandre dos Santos. Desenvolverão também acções de cooperação na aldeia de Massaca 1. Pretendem — afirmam — "dar uma contribuição efectiva e pertinente para o processo de paz e para a intensificação da cooperação portuguesa com Moçambique."

Este projecto de cooperação é promovido pela VIDA — Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento de África —, uma organização não governamental com sede em Portugal.

Neste grupo de portugueses, integram-se uma advogada, uma enfermeira, um engenheiro, uma professora, um arquitecto, uma gestora de empresas e vários estudantes. No âmbito do projecto pretendem sobretudo "valorizar o aspecto local e comunitário da solidariedade em oposição ao método corrente de transferência de tecnologia e recursos", dizem.

Face à situação de pobreza em que Moçambique vive, os voluntários seleccionaram como áreas fundamentais de acção a formação de mão-de-obra especializada e o contributo económico ao nível das actividades produtivas. Este trabalho de intervenção será desenvolvido gratuitamente por jovens entre os 18 e os 32 anos, entre 19 de Agosto e 18 de Setembro.

O "Projecto Moçambique 92" será desenvolvido em dois locais: na cidade de Maputo na aldeia de Massaca 1, no distrito de Boane. Com a coordenação de uma unidade técnica local, instalar-se-á uma biblioteca pública em Maputo, visando uma maior aproximação à literatura e culturas portuguesas. Dar-se-á também início à formação de bibliotecários. Prevista está ainda a elaboração de um programa de acolhimento de refugiados em Maputo, em que se inclui um levantamento dos recursos existentes na Diocese da cidade para acolher refugiados após o cessar-fogo. Estes serão enviados para as suas zonas originais, estando previstos alojamento, alimentação e cuidados de saúde para a população em trânsito. O estudo será depois apresentado à cooperação portuguesa, segundo Luz Vasconcelos e Souza, presidente da VIDA.

Na aldeia de Massaca 1 estão programadas acções a nível local, como a constituição de uma cooperativa de artesãos com criação de canais próprios de distribuição e de uma horta comunitária com divulgação de métodos de cultivo,

transporte de sementes para o local e apoio na construção de um celeiro. O grupo de voluntários participará também no apoio à escola local o que inclui a construção de um parque infantil, a distribuição de material escolar e recreativo, acções de dinamização com professores e um curso de alfabetização. Na aldeia de Massaca será também posto em prática um projecto alimentar.

O "Projecto Moçambique 92" conta os apoios da Secretaria de Estado da Cooperação portuguesa e do Governo Moçambicano, além de inúmeras personalidades e entidades entre as quais Maria de Jesus Barroso Soares, Secretaria de Estado da Juventude, Instituto da Juventude e Fundação Calouste Gulbenkian.

O acolhimento de 210 mil refugiados moçambicanos no período pós-guerra está a ser preparado no centro do país. John Sithole, director provincial do plano para Moçambique, anunciou ontem que está a ser elaborado um programa experimental para receber os refugiados na província de Manica.

Prevista está já a construção de cinco centros de acolhimento nos distritos de Manica, Barué, Guro e Sussundenga. Para estudar a situação dos refugiados moçambicanos no Zimbabué, foi também constituída uma equipa de especialistas.

O administrador do distrito de Gondola disse entretanto em entrevista ao jornal "Notícias de Maputo" que uma média de 40 pessoas fugidas dos campos da Renamo chega diariamente àquele distrito, muitas delas morrendo pelo caminho, por falta de alimentos e de água.

O drama da guerra em Moçambique está a ser agravado por uma prolongada estiagem que está a secar quase completamente os rios do país.

A rádio moçambicana noticiou ontem, citando estatísticas do Ministério da Educação, que cerca de três milhões de crianças moçambicanas são dadas como vítimas directas da guerra que há 15 anos opõe Renamo e Frelimo. Este número representa cerca de 50 por cento da população infantil do país e inclui 200 mil crianças orfãs de guerra. Um relatório citado pela rádio indica que meio milhão de crianças menores de 15 anos "não tiveram acesso à escola" desde a independência, em 1975, e calcula a existência de cerca de um milhar de crianças vagabundas.

A mortalidade infantil em Moçambique ronda os 30 por cento — uma das mais elevadas do mundo. ■

Julgamento em Maputo começa dia 17

Sebastião Mabote no banco dos réus

Chissano vai explicar acordo de Roma

O GENERAL Sebastião Marcos Mabote, que de 1975 a 1986 foi chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Moçambicanas e membro do Bureau Político da Frelimo, começa segunda-feira a ser julgado pelo Supremo Tribunal, em Maputo, sob a acusação de estar implicado numa conjura que o ano passado foi descoberta e de que ainda se desconhecem pormenores.

Treze outros réus do mesmo processo serão julgados num tribunal de instância inferior, em data a designar, mas Mabote vai ao Supremo por ser deputado, o que no entanto não o impede de estar detido desde a descoberta da intentona, em Junho do ano passado.

O julgamento público de um dos homens que lutaram pela independência de Moçambique e que durante 11 anos esteve entre os oito mais poderosos do país está a despertar grande curiosidade em Maputo, dado ocorrer precisamente numa altura em que o regime parece frágil, face à forte investida internacional da Renamo.

Antigo vice-ministro da Defesa, exonerado pelo Presidente Samora Machel pouco antes da morte deste, em 1986, Sebastião Mabote foi durante largos anos um dos homens básicos das Forças Armadas, agora desmoralizadas com a perspectiva de muitos dos seus elementos irem ser desmobilizados, ao abrigo do Acordo Geral de Paz que está a ser preparado em Roma.

Enviado há seis anos para Cuba, dali teria regressado em 1990, ninguém mais tendo ouvido falar dele até Junho do ano passado, altura em que se disse que poderia ter liderado a intentona que envolvia militares e civis.

Na altura das detenções, há quase 14 meses, foi dito a título particular em Maputo que os alegados golpistas teriam apoios no Quénia e no Malawi, acontecendo até que as notícias da intentona surgiram pouco depois de duas fragatas quenianas terem sido obrigadas a fundear no portol da Beira (por terem entrado nas águas de Moçambique antes de devidamente autorizadas).

Depois, caiu o silêncio sobre este caso; indo agora o julgamento surgir cerca de três semanas depois de algumas tropas se terem amotinado e reivindicado soldos em atraso. E 10 dias após o Presidente Chissano se ter comprometido com a Renamo a que o fim da guerra deverá ser possível no início de Outubro.

Enquanto isto, amanhã de manhã, num comício a realizar em Maputo, o Presidente Chissano vai esclarecer a população sobre o conteúdo do documento que assinou em Roma com Afonso Dhlakama e cujas alíneas nem todos teriam compreendido muito bem. ■

EXPRESSO, SÁBADO 15 DE AGOSTO DE 1992

Portugal forma novo exército moçambicano...

PORTUGAL deverá participar no treino e formação do novo exército único moçambicano que resultar dos acordos de paz entre a Frelimo e a Renamo, segundo o desejo expresso por ambas as partes em Roma. Joaquim Chissano afirmou que desejaria, para essa tarefa, o concurso de Portugal, França e Grã-Bretanha, enquanto Afonso Dhlakama se referiu apenas aos portugueses. Uma fonte do Ministério da Defesa afirma, porém, que Portugal aceitará participar nessa missão mas nunca sozinho, para não assumir toda a responsabilidade no caso de as coisas não correrem bem.

A IMPRENSA moçambicana reagiu ontem friamente ao facto de um acordo de cessar-fogo não ter sido assinado pelo Presidente Joaquim Chissano e o líder da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), Afonso Dhlakama, na cimeira que terminou sexta-feira em Roma, ao mesmo tempo que um novo ataque da Renamo lembrava que a guerra continua mesmo nos arredores da capital.

O matutino "Notícias", que se publica em Maputo, escreveu que a partir de agora "já não se justificam mais mortes no conflito que opõe a Frelimo à Renamo" uma vez que foi atingida, entre os beligerantes, uma plataforma de consenso político. "Já não se justifica o aumento do luto e da dor uma vez que todos estamos de acordo sobre a necessidade do fim da guerra", afirmou o articulista.

A postura da Imprensa reflectiu a quase indiferença com que a própria população recebeu a notícia do entendimento entre Maputo e a guerrilha. Apesar dos jornais veicularem a convicção de que a guerra vai acabar dentro de dois meses, o ambiente é de desconfiança. Durante toda a semana, os moçambicanos alimentaram a esperança de que os dirigentes assinassem mesmo o fim do conflito.

Ainda assim, os intervenientes nas negociações da comunidade de Santo Egídio estão satisfeitos com os resultados. O padre italiano Matteo Zupi, representante da comunidade católica e personagem "pivot" de todo o processo, disse à agência Lusa que as conversações determinaram a "aceleração" do processo negocial.

As duas delegações, que tinham agendadas para ontem algumas reuniões separadas com a mediação, retomarão hoje as negociações interrompidas sexta-feira. Os encontros, observados por representantes de Portugal, EUA, França e Grã-Bretanha, que segundo Matteo Zupi serão chamados a participar no processo que se seguirá à assinatura do cessar-fogo, será retomado amanhã.

A actual ronda, a 11ª, iniciada em 10 de Junho, deverá ser concluída sexta-feira, prevenendo a mediação que as duas partes consigam um consenso quanto às questões militares e aos serviços de Informação.

Entretanto, um novo ataque da Renamo, na Costa do Sol, nos arredores de Maputo, causou a morte de cinco pessoas. Outras 12 foram feridas e 107 raptadas, noticiou a Rádio Moçambique. Foram saqueadas 26 casas.

Apelo de Chissano aos homens da Renamo

UM APELO à reconciliação nacional foi ontem feito em Maputo pelo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, que pediu aos combatentes da Renamo para acabarem de imediato com as hostilidades, "porque é absurdo continuar a guerra depois de tudo o que foi escrito e falado em Roma".

Ao longo de três horas, num comício, a que não compareceram mais de três mil pessoas, o Presidente fez um longo historial de todo o conflito em Moçambique e atribuiu-o a interesses externos.

Quanto à cimeira que de 5 a 7 deste mês decorreu em Roma, Chissano disse ter aceite correr o risco de se encontrar com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, mesmo sabendo que havia preparativos que ainda estavam em falta; e tê-lo corrido porque "a paz é o mais urgente".

A dada altura da intervenção, o Chefe de Estado referiu que o director-geral da multinacional britânica Lonrho, "Tiny" Rowlands, está envolvido no processo moçambicano desde 1985, devido aos seus bons contactos com as autoridades quenianas, que acolham a Renamo.

O Presidente deu a entender o papel preponderante de Rowlands nos contactos com Dhlakama, tendo revelado haver já sido no avião do grande empresário que o chefe dos rebeldes seguiu para o Malawi em 1990, quando se pensou num primeiro frente-a-frente entre as duas partes de Moçambique.

Os interesses económicos da Lonrho em Moçambique e em muitas outras zonas da África têm sido apresentados como justificativo do empenho do patrão da Lonrho em que se consiga a paz neste país, mas Chissano falou da "afeição" de Tony Rowlands pelo continente africano.

Quanto à exigência de Afonso Dhlakama no sentido de serem abolidos dezenas de artigos da Constituição, o líder da Frelimo comentou que "a lei de um país não pode ser alterada segundo o desejo de cada um".

No entanto, apesar dessa observação, informou que já estão a ser elaborados documentos com as garantias exigidas pela Renamo, documentos esses a ratificar pela Assembleia da República.

Quanto ao protocolo de cessar-fogo, recordou que está a ser preparado em Roma, com o apoio das Nações Unidas, de Portugal, da França, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. E disse que depois dele haverá o Acordo Geral de Paz.

Dentro de alguns dias, Moçambique tenciona fazer ao secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, o pedido formal de que a organização participe como observadora no processo de fiscalização do cessar-fogo e no período eleitoral.

Acelerar a paz

"Queremos acelerar o mais possível o processo, para que não haja qualquer obstáculo à paz, no tempo aprazado" — disse Chissano, que pediu à população para fazer chegar à Renamo a mensagem de que não há motivo para continuar a guerra: "Queremos a paz hoje e não amanhã".

Três milhões de moçambicanos encontram-se deslocados dos seus locais habituais de residência e há mais de um milhão e meio de refugiados nos países vizinhos, mas o Presidente da República deu uma nota de optimismo: "O nosso país está condenado a ser rico".

Amanhã directores provinciais do Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais vão reunir-se em Maputo para planificar a sua ajuda às populações, enquanto a Comissão Internacional da Cruz Vermelha (CICV) está a negociar com o Governo e a Renamo a abertura de corredores para o transporte de ajuda humanitária aos moçambicanos mais carenciados.

Segundo o representante adjunto da CICV, Daniel Augsburger, a sua organização já foi autorizada a regressar às zonas ao Sul do corredor da Beira, por via rodoviária, e a regiões junto ao rio Zambeze, nomeadamente Chemba e Vila da Gorongosa, na província de Sofala.

Há pouco mais de uma semana, problemas de segurança impediram que aviões da CICV aterrassem em Massangena, na província de Gaza, e em Dombe, na província de Manica, zonas fortemente afectadas pela seca.

A Cruz Vermelha vai abrir estradas em zonas onde os aviões não chegam, a fim de fornecer auxílio humanitário a centenas de milhares de pessoas.

Quanto à Comunidade Europeia, vai realizar em breve uma conferência internacional sobre as necessidades do pós-guerra em Moçambique, nomeadamente no que diz respeito à reintegração na sociedade civil dos militares dos dois lados que vierem a ser desmobilizados.

Teresa Lima, em Maputo

Pretória namora a Europa

O ANC continua a não querer reatar a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), dizendo que só o fará quando as actuais autoridades conseguirem acabar com a violência e aceitarem pura e simplesmente a ideia da transição do Governo para as mãos da maioria.

Entretanto, o movimento — liderado por Nelson Mandela — teve de reduzir ontem às devidas proporções a afirmação, precipitada, de que 18 pessoas haviam sido mortas durante a noite no ataque a um acampamento a Leste de Joanesburgo, por membros do Inkatha apoiados pela polícia.

Um porta-voz do grupo, Ronnie Mamoepa, reconheceu que no incidente de Ivory Park apenas cinco pessoas morreram, no que teria sido uma luta entre taxistas negros rivais, como já vai sendo habitual. Portanto, muito mais um caso de delito comum do que uma situação nitidamente política.

“Quando se está a ser atacado, é razoável que se verifiquem confusões e exageros” — desculpou-se Mamoepa, enquanto o jornal “Star” noticiava que a velha guerra dos táxis chegara esta semana a Ivory Park, onde estava a deixar mortos e feridos.

O Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, aproveitou a oportunidade para dizer que o ANC estava a fazer elevar a temperatura política, com as suas acusações gratuitas.

Num incidente verificado em paralelo, cinco pessoas foram ontem mortas no Norte da província do Natal durante tiroteio entre a polícia e alguns ocupantes de uma casa, incluindo um responsável local do ANC.

O chefe da polícia sul-africana, general Johan van der Merwe, disse que três polícias foram mortos quando cercavam a residência onde se refugiava aquele homem, procurado por assassinio e roubo.

Governo interino

Enquanto isto, o secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani, que também é destacado militante do ANC, disse ao jornal deste movimento, o “New Nation”, que a África do Sul deve ter um Governo interino “den-

tro dos próximos três meses”.

Por outro lado, verificou-se uma cisão no Partido Conservador, de Andries Treurnicht, que está à direita do Partido Nacional, do Presidente Frederik de Klerk: cinco deputados — incluindo Andries Beyers, que era o secretário-geral — afastaram-se, dizendo que estão de acordo com o processo negocial Codesa e que aceitam para os brancos uma região autónoma reduzida, que eventualmente possa ficar junto à fronteira com a Namíbia.

O grosso do Partido Conservador quer uma grande “pátria branca” que englobe território das províncias de Orange, Transvaal e Natal, mas recusa-se a negociar seja o que for com a maioria negra da população sul-africana.

É perante este cenário de impasse que desde há meses se verifica no país que a África do Sul está a tentar conseguir o apoio da Comunidade Europeia para se tornar o motor económico de toda a África Austral, se não mesmo de quase toda a África ao sul do Sara.

Numa carta que esta semana dirigiu ao director do “PÚBLICO”, o embaixador de Pretória em Lisboa, Pieter Swanepoel, diz haver uma necessidade de “o mundo desenvolvido e a África do Sul se associarem como parceiros, com os sul-africanos a desempenhar um papel económico crucial noutras partes da África”.

A partir do comércio bilateral entre os europeus e o seu país, Swanepoel defende o estabelecimento gradual, na África do Sul, de “unidades industriais de segunda fase, criando assim empregos e mais-valias”.

Tais unidades poderiam, segundo o embaixador, estar nas mãos de europeus ou resultar de “joint ventures” com entidades locais, bem como pertencer inteiramente a sul-africanos.

Para uma terceira fase, o diplomata preconiza a participação conjunta da Europa e da África do Sul em projectos de desenvolvimento noutros países africanos. ■

Jorge Heitor
com Steven Lang, em Joanesburgo.

“EXPRESSO, SÁBADO 15 DE AGOSTO DE 1992

O trauma de Bolpatong

O ANC decidiu, na quinta-feira, manter a recusa de novos encontros com o Governo sul-africano para retomar as conversações constitucionais, suspensas pelo movimento após o massacre do eguethos negro de Bolpatong, ocorrido em 17 de Junho e que provocou 42 mortos.

O movimento negro rejeitou também a ideia de uma amnistia geral, recomendada pela ONU e aceite por Pretória, que seria aplicada tanto às forças de segurança, aos indivíduos considerados como presos políticos pelo ANC e à extrema-direita branca, quanto a pessoas que se encontram no estrangeiro. O ANC alega que isso equivaleria ao Governo espedear a si próprio os crimes que cometeu e que uma amnistia só poderia ser obra do governo interino multipartidário que propõe para o país.

Pretória anunciou, por seu lado, ter aceite as recomendações do secretário-geral da ONU para a África do Sul. O plano de Butros Ghali, baseado no relatório do seu enviado ao país, Cyrus Vance, prevê entre outras medidas, além da amnistia geral, o envio de 30 observadores permanentes e um inquérito à acção das forças de segurança.